



PROJETAR 2003

I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA
NATAL DE 07 A 10 DE OUTUBRO, RN/BRASIL. PPGAU-UFRN

DISSOCIAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO E UNIÃO – A EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE TÉCNICAS RETROSPECTIVAS.

SCHLEE, Andrey (1); MEDEIROS, Ana Elisabete (2), FERREIRA, Oscar (3)

- (1) Prof.Dr., Departamento de Teoria e História (THA) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG) – Universidade de Brasília (UnB) – e-mail: andreysc@terra.com.br
- (2) Profa. Dra., Pesquisadora CAPES – ProDoC – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG) – Universidade de Brasília (UnB) – e-mail: ana@unb.br
- (3) Prof. Msc., Departamento de Tecnologia da Construção (TEC) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) – e-mail: oscar@unb.br

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Subsolo – CEP: 70.910 – 900 - Asa Norte, Brasília-DF – Tel/Fax (+55) 0 (XX) 61 307 24 54

RESUMO

Como contribuir para formar mestres e doutores em projeto? Esta é a indagação que se encontra na origem de uma outra questão a partir da qual este artigo se desenvolve: Como o ensino de “Técnicas Retrospectivas” pode contribuir para vencer o abismo atemporal, historicamente construído, entre projeto arquitetônico e produção científica, entre as figuras do arquiteto e do pesquisador? A idéia, inicialmente, é ampliar as perspectivas das possíveis abordagens para o ‘Ensino de Projeto’ considerando uma reflexão acerca dos métodos associados à disciplina. Para tanto, busca-se contextualizar a institucionalização da disciplina de “Técnicas Retrospectivas” como resposta aos novos desafios decorrentes das mudanças nos paradigmas sócio-culturais, econômicos e tecnológicos que reposicionam, quando não introduzem, a questão patrimonial no âmbito do ensino da Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Procura-se demonstrar, então, como a atual localização isolada da disciplina na estrutura dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, ora na área de Teoria e História, ora na de Projeto ou ainda na de Tecnologia pode representar um entrave à formação de mestres e doutores em projeto, na medida em que reproduz a segmentação entre arquitetos e pesquisadores, entre projeto arquitetônico e atividade de pesquisa. Em contraposição a esta tendência, um último momento traz à tona a experiência da FAU/UnB, PROAU8: ao reunir em sala de aula professores das áreas de Teoria e História, Projeto e Tecnologia, a disciplina propõe uma interface entre projeto e conhecimento científico, significando uma contribuição à formação de mestres e doutores em projeto.

Palavras-chave

Patrimônio Cultural, Projeto Arquitetônico e Pesquisa

ABSTRACT

How can we contribute to increase the number of Professors with a Master Degree or a PhD in the field of Design Practice? How *Técnicas Retrospectivas* can be partly responsible to reduce the timeless and historic constructed distance between design practice and research, between practicing designers and scientists? Those are the questions that originated this paper. In other to answer it, this article aims at raising issues regarding approaches to ‘Design Practice’ within the new *Técnicas Retrospectivas* course. The first step to attain this goal is to analyze the *Técnicas Retrospectivas*’ institutionalization process. The idea is to understand how this course is proposed as a way to face new social, cultural, economic and technical paradigms. In the matter of fact, those paradigms are responsible to introduce or to rearrange the cultural heritage question within the qualification of architects and urban planners at the undergraduate coursework structure level in Brazil. The next step is to demonstrate how the current isolated location of the course into the Architecture’s undergraduate coursework structure - sometimes tied on the Theory and History field; other times attached to the Design Practice champ or, still, associated to the Technical area – can emphasizes the distance between practice design and scientific knowledge: a real problem to increase the number of practicing designers with a Master degree or a PhD. Finally, a third and final step brings to the light PROAU8’s FAU/UnB experience which could be helpful in answering the question that opens this Abstract.

Keywords

Cultural Heritage, Practice Design and Research

INTRODUÇÃO

Os anos trinta trouxeram consigo a institucionalização, no Brasil, do então patrimônio histórico e artístico nacional. Todavia, foram necessárias cerca de quatro décadas para que fossem criados cursos de especialização e de pós-graduação na área patrimonial, no âmbito do ensino universitário verde e amarelo. E ainda, mais vinte anos para que se tornasse obrigatória a inclusão, no currículo da graduação em Arquitetura e Urbanismo, de uma disciplina voltada para a preservação do patrimônio cultural: *Técnicas Retrospectivas*¹.

Por quê?

Acredita-se que a resposta a esta questão se encontra no cerne das duas outras questões a partir das quais este artigo se desenvolve: Como contribuir para formar mestres e doutores em projeto? Como o ensino de *Técnicas Retrospectivas* pode ajudar a vencer o abismo atemporal, historicamente construído, no âmbito mesmo do ensino universitário de Arquitetura, entre projeto arquitetônico e produção científica, entre as figuras do arquiteto e do pesquisador?

Conscientes de que as respostas a estas questões não obedecem a uma lógica simplista, procura-se estruturar a análise em três momentos permeados por um único fio condutor que busca estabelecer, ao longo do tempo, as relações entre projeto arquitetônico, prática preservacionista e produção científica.

¹ - A Portaria nº 1770/MEC, de 21 de dezembro de 1994, fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, e criou a matéria profissionalizante “*Técnicas Retrospectivas*”, cuja ementa deve incluir a “conservação, o restauro, a reestruturação e a reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos”.

MOMENTO 1 - Dissociação

A ação generalizada de vândalos que imediatamente se seguiu à Revolução Francesa deixou um importante legado: nas primeiras décadas do século XX já se reconhecia o papel fundamental da educação no desenvolvimento de um sentimento de respeito para com os monumentos históricos e artísticos nacionais.

Em 1931, a Carta de Atenas, sob os auspícios da Sociedade das Nações, redimensionou tal preocupação, que se perpetuou ao longo do tempo. Entretanto, naquele momento, não se pensava em educar e/ou formar uma mão-de-obra de salvaguarda patrimonial especializada, mas sim em instaurar uma consciência comum acerca da responsabilidade de todo indivíduo, em cada uma das fases de sua vida, para com a preservação dos bens históricos e artísticos associados à identidade da Nação.

Foi apenas a partir dos anos sessenta e setenta que as Cartas Patrimoniais passaram a considerar a importância das Universidades, no sentido de incentivar a formação de profissionais aptos a desenvolver pesquisas e a qualificar uma mão-de-obra de nível superior especializada, capacitada a fazer uma escolha consciente quanto aos melhores caminhos a seguir para a salvaguarda de uma memória comum que já se exprime, inclusive, para além das fronteiras nacionais.² No Brasil, foi o “I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais” que trouxe à tona a necessidade de um vínculo entre a Universidade e a causa da preservação patrimonial: um “compromisso”, entre outros, assumidos em Brasília, em 1970.

Como compreender, no entanto, uma tão tardia inserção da temática patrimonial no âmbito do ensino superior nacional? Para tal entendimento, faz-se necessário um recuo no tempo, ao Brasil dos anos vinte. Aqui, a reboque da Semana de Arte Moderna de 1922, despontou o “modernismo” brasileiro e, com ele, a criação de uma identidade verdadeiramente verde e amarela na arquitetura, alicerçada em um movimento simultâneo, e aparentemente paradoxal, em direção à busca do passado para a construção do futuro da Nação. Afinal, é preciso não esquecer, que foram os modernistas que se encontravam por trás do processo de edificação do patrimônio histórico e artístico nacional. Santos (1992: XIII) nos propõe uma equação através da qual é possível entender claramente a relação que o grupo modernista estabeleceu entre passado/presente/futuro na construção da identidade nacional, através do patrimônio e da arquitetura moderna, ou de um *nacionalismo estético*: ser nacional = ser moderno = ser universal = ser civilizado = ter uma tradição.

Esta (re)descoberta da origem comum entre Arquitetura Moderna e Prática Patrimonial no Brasil é de extrema importância para a análise a que se propõe este artigo. Isto porque é ela que vai permitir identificar as primeiras pistas a respeito do porquê, durante tanto anos, a questão patrimonial mantêve-se longe do contexto universitário ao mesmo tempo em que, aí, projeto arquitetônico e pesquisa científica passavam a seguir trajetórias completamente distintas. Seguir esta primeira pista significa compreender os processos de institucionalização do IPHAN - então SPHAN³ - de um lado, e do ensino de Arquitetura, do outro. Por trás de ambos os processos: os modernistas.

Legitimados por um poder político com o qual compartilhavam o desejo comum de proporcionar uma modernidade *partout* e uma identidade cultural *pour tous*, os arquitetos modernistas constituíam uma força diante da qual qualquer outra tentativa de expressão

² - É preciso não esquecer que a Convenção de Paris de 1972 instituiu o Patrimônio Mundial.

³ - O atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, respondia, à época, pelo nome de SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

arquitetônica pouco ou nada podia: que o digam os neocolonialistas. É neste contexto de prestígio e influência modernista que a profissão de arquiteto e o mecanismo específico de educação universitária voltado para a Arquitetura se forjam.

Segundo Marques (1999: 224), “*a ação de Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, e o estabelecimento de um sistema nacional de controle profissional, partilhado com os engenheiros, foram as condições para a autonomia profissional. Progressivamente, no âmbito do CREA-CONFEA, arquitetos adquirem seus próprios regulamentos, em separado daqueles dos engenheiros, definindo seus direitos e deveres*”⁴. Portanto, ser arquiteto no Brasil de então significava, quase que obrigatoriamente, ser modernista – uma assertiva que permanece válida quando se passa à análise do ensino universitário, ou seja, ser professor universitário no Brasil de então era também ser modernista.

Aliás, é justamente a visibilidade e o reconhecimento profissional dos maiores expoentes da arquitetura modernista fora das salas de aula – favorecidos pela legitimidade política – que os levou para dentro das mesmas. Assim, portanto, em meio a um contexto nacional extremamente favorável, e envoltos por uma áurea de talento mítico, arquitetos se viram transformados em professores cuja tônica do ensino passou a ser o projeto arquitetônico de caráter igualmente modernista. Analisando este mesmo contexto, é ainda Marques quem nos alerta para o fato de que “*... nos anos cinquenta algumas experiências educacionais tiveram lugar com o intuito de estabelecer um tipo de ‘Bauhaus nacional’. Resultado (...) o resto não importava: nem preservação, nem planejamento urbano.*”⁵ Ou seja, neste momento e ainda por algum tempo, o Planejamento Urbano e o Patrimônio Cultural permanecem à margem do processo de qualificação profissional do arquiteto brasileiro.

Na verdade, é o acúmulo das funções de arquiteto e professor que contribuiu para que esta visão pragmática do ensino da Arquitetura, voltado exclusivamente para o projeto, se firmasse. Mas não apenas isso: a recente institucionalização da profissão de arquiteto – ainda cercada de *glamour*, oportunidades e crença no mito do talento – e o incipiente trato “acadêmico” e “heróico” da questão patrimonial no seio do IPHAN, também foram parcialmente responsáveis por tal visão. De uma maneira ou de outra, eis, portanto, o momento em que parece ter origem a dissociação entre projeto arquitetônico e pesquisa científica no cenário universitário brasileiro. De fato, enquanto as universidades nacionais se dedicavam à formação do arquiteto projetista, foi no âmbito do IPHAN – da Academia SPHAN – mais precisamente, que se desenvolveu uma atividade de pesquisa direcionada à construção de uma prática preservacionista e de seus especialistas.

“Academia SPHAN”? Por “academia” se entende, de acordo com o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, entre outras definições: “(1) *sociedade ou congregação, particular ou oficial, com caráter científico, literário ou artístico; 2) o conjunto dos membros desta sociedade; e 3) o prédio onde essa sociedade se reúne*” (HOUAISS, 2001). A partir de definição semelhante a esta, Santos (1992) nos oferece uma análise acerca do IPHAN, de forma a demonstrar que este foi, à época da sua formação, uma “Academia”, cujo *locus* funcionava no sétimo andar do Ministério da Educação e Saúde; cujos membros eram os arquitetos e intelectuais modernistas; e cuja finalidade oficial era constituir uma sociedade de caráter científico. Em outras palavras, a idéia, por trás do conceito Academia SPHAN, é a “...

⁴ - “*The action of Lúcio Costa at the Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, and the establishment of a national professional control system, shared with engineers, were the conditions for professional autonomy. Progressively, inside the CREA – CONFEA, architects acquired their own professional regulations, apart from engineers, in their rights and tasks*” (MARQUES, 1999: 224).

⁵ - “*... in the fifties some educational experiences had taken place in order to establish a sort of ‘native Bauhaus’. As a result (...) the rest didn’t matter: Neither preservation, nor urban planning*” (MARQUES, 1999: 224)

de um SPHAN percebido não apenas como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, locus de um trabalho burocrático, prático e administrativo, mas também, e sobretudo, como um lugar de produção de um saber específico e especializado nas expressões históricas e estéticas nacionais, imbuído do espírito de modernidade e inspirado pelo desejo de construir uma nacionalidade a partir de um resgate do passado. Um SPHAN entendido, portanto, como uma instituição acadêmica de elaboração do conhecimento” (MEDEIROS, 2002: 145). Afinal, só assim, alicerçados em um conhecimento de base comprovadamente científica, seria possível aos modernistas e acadêmicos do SPHAN adquirir a legitimidade exigida na institucionalização, ainda inédita na sociedade brasileira, de uma prática cultural voltada para a preservação do patrimônio nacional.

Ainda que desenvolvendo um trabalho reconhecido e legitimado – ou talvez por isso mesmo – os intelectuais da Academia SPHAN não escapam à definição de “heróis” a serviço de uma causa: a preservação do patrimônio nacional. Modernos, arquitetos e acadêmicos mas também “heróis”. Heróis em função da atividade pioneira, carente de recursos em todos os sentidos. Assim, muitas vezes corporificados em um mesmo indivíduo encontram-se, contrapostos, o arquiteto projetista/trabalhador e o pesquisador/herói, da mesma forma como o projeto arquitetônico como meio de vida se contrapõe à prática patrimonial como causa. O que explica, a partir desta retrospectiva, dentro do intervalo temporal definido pelo Modernismo dos anos vinte aos sessenta, que o mesmo arquiteto, simultaneamente projetista, professor e pesquisador, tenha definido áreas específicas de atuação profissional: (a) o escritório particular e a sala de aula como *locus* privilegiado do projeto arquitetônico e do ganha-pão; e (b) a Academia SPHAN como o espaço destinado à defesa de uma causa através da atividade de pesquisa e da prática patrimonial a ela associada. Porém, este é um contexto de relações temporário.

Tanto foi assim que, a partir dos anos setenta, vários fatores de ordem social, econômica, cultural e tecnológica contribuíram para a alteração deste cenário de relações entre o projeto arquitetônico, a atividade de pesquisa e a prática preservacionista. De um lado, o universalismo, a racionalidade, a padronização, o funcionalismo e o monumentalismo da prática preservacionista, do urbanismo e da estética modernistas não mais encontraram espaço favorável de expressão em um contexto socioeconômico pós-moderno. Em outras palavras, se o Modernismo é a cultura da modernidade, o Pós-modernismo se apresenta como a cultura de uma pós-modernidade emergente, que ajuda a despir o arquiteto da áurea de *glamour* anteriormente presente. Também o número cada vez maior de arquitetos acirrados na disputa por mercado de trabalho, tem contribuído para desmistificar a questão do talento nato, ao mesmo tempo em que auxilia a suprimir a figura do “herói”, além de exigir o crescimento real dos campos de atuação profissional.

De outro lado, a expansão do conceito de patrimônio – da escala monumental à urbana, do nacional ao local e internacional – também representou mudanças profundas. Um dos aspectos desta mudança vem a ser a descentralização do poder do IPHAN, que passou a dividir as responsabilidades da construção do patrimônio cultural local, nacional e mundial com instâncias municipais, estaduais e internacionais de preservação. Não é à toa que os convites às Universidades para participarem do processo de construção patrimonial se multiplicaram, neste momento. Afinal, o IPHAN equanto Academia SPHAN, deixou de existir. Fez-se necessário, portanto, relocar as atividades de pesquisa, sobretudo quando a prática preservacionista passou a exigir uma legitimação em nível também internacional. É por isso que as universidades responderam aos convites por meio da criação de cursos de especialização e pós-graduação dirigidos à preservação do patrimônio.

É mais: a partir de um terceiro ângulo de observação é possível perceber que as transformações políticas, sociais e econômicas na direção da redemocratização e do desenvolvimento integrado só contribuem para o fortalecimento do Planejamento Urbano como campo de atuação profissional, dentro e fora das universidades. Além do mais, como uma vez mais o demonstra Marques (1992), o governo militar deixou marcas no sistema de ensino da Arquitetura no Brasil. Primeiro porque transformou escolas públicas autônomas em departamentos das recém criadas universidades federais. Em seguida porque incentivou a criação de cursos universitários particulares. E depois, porque tal política expansionista encorajou a formação de um sistema educacional autônomo, bastante distanciada da prática arquitetônica. Ainda que arquitetos renomados continuem a desempenhar um importante papel na formação dos jovens universitários no que diz respeito ao projeto arquitetônico, o fato é que surgiu um novo plano de carreira nas universidades, alicerçado na figura do professor/pesquisador – muitas vezes com atuação destacada nas áreas de planejamento urbano e preservação patrimonial.

Assim, ainda que a inserção da temática patrimonial no âmbito do ensino universitário brasileiro tenha representado uma evolução, esta não significou um avanço na formação de mestres e doutores em projeto, na medida em que ficou restrita ao campo da pós-graduação e, dentro deste, às áreas de Teoria e História e, na melhor das hipóteses, à gestão integrada e ao projeto enquanto restauro.

MOMENTO 2 - Fragmentação

A crescente importância do patrimônio, associado desde os anos noventa às estratégias de desenvolvimento sustentável local e de inserção regional, conduziu à obrigatoriedade da inclusão, no currículo mínimo dos cursos de graduação, da disciplina Técnicas Retrospectivas. Mesmo assim, expandida a área de influência da temática patrimonial na formação de arquitetos, o fato é que o abismo historicamente criado entre atividade de pesquisa e projeto arquitetônico ainda permanece.

Uma pesquisa do Departamento de Promoção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DEPRON/IPHAN⁶ demonstrou que a localização da disciplina na estrutura dos cursos de arquitetura e urbanismo vêm se dando de maneira isolada. Em certos casos, esta se encontra na área de Tecnologia. Outras vezes, situa-se no campo de Projeto. E ainda, afilia-se à Teoria e História.

A publicação ainda revela que, quando alocada na área de Tecnologia, a disciplina tende a privilegiar os aspectos físicos da tecnologia da intervenção, abordando temas como materiais e técnicas tradicionais e degradação e patologias do edifício. Da mesma maneira, quando associada à área de Teoria e História, a disciplina preocupa-se, prioritariamente, com conteúdos ligados à Teoria e História da Conservação e aos aspectos normativos e institucionais. Já as matérias acerca da prática da preservação (restauração, reutilização) e da preservação no contexto urbano (reabilitação, revitalização, requalificação) merecem destaque quando da localização de Técnicas Retrospectivas na área de Projeto.

Diante de um conjunto de dados deste porte, é possível verificar que a localização fragmentada da disciplina Técnicas Retrospectivas na estrutura de base dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo pode representar um entrave à formação de graduados, de mestres e de doutores. Primeiro porque repassa aos alunos uma visão compartimentada da questão patrimonial quando esta, na realidade, exige uma percepção do

⁶ - Ver IPHAN(1998) e, também, acerca do ensino da disciplina no Brasil ABEA (2001)

todo: a prática preservacionista, hoje, é uma questão conjunta de Teoria e História, de Projeto e de Tecnologia. As perguntas às quais arquitetos e urbanistas são cada vez mais convidados a elaborarem respostas advêm, via de regra, da combinação destas três áreas e não de uma delas isoladamente.

Segundo, porque a própria visão de projeto arquitetônico parece ultrapassada quando analisada à luz da questão patrimonial. O exercício do aluno fica restrito, via de regra, ao “restauro”. Quando abordadas questões como a de intervenções contemporâneas em contextos pré-existentes permanece quase sempre restritas ao campo teórico e ao estudo de casos nunca chegando às vias de fato de propostas de projetos arquitetônicos concretos – uma postura bastante útil, sem dúvidas, à aproximação desejada entre atividade de pesquisa e projeto arquitetônico.

Devia-se tirar partido do fato de que a maioria dos professores de Técnicas Retrospectiva tem Mestrado e/ou Doutorado para incentivar este nível de formação na área de projeto arquitetônico.

MOMENTO 3 - União

Buscando superar os problemas acima apontados, ao longo do segundo semestre letivo de 2002, foi implementada, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, a disciplina “Técnicas Retrospectivas”, então denominada de Projeto de Arquitetura e Urbanismo 8 (PROAU 8).

Trata-se de uma matéria teórico-prática em que um problema arquitetônico real – relacionado com a preservação do patrimônio – é apresentado aos acadêmicos, que são instigados a resolvê-lo. Para tanto, conteúdos teóricos, técnicos e projetuais são especificamente elaborados e desenvolvidos por professores de diferentes áreas. Assim, a disciplina não apresenta uma organização rígida (a ser repetida a cada semestre), mas, ao contrário, é organizada a partir do objeto de estudo proposto (o monumento) e da seguinte ementa, que busca garantir “o domínio das teorias, práticas projetuais e soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos arquitetônicos e cidades”.

Em sua primeira oferta, optou-se por trabalhar com Brasília – cidade considerada Patrimônio da Humanidade – cujos monumentos mais antigos contam com cerca de 40 anos. O bem escolhido foi o da antiga sede do “Touring Club do Brasil” (1964-67), projetada por Oscar Niemeyer. Inserido em contexto privilegiado, no Setor de Diversões Sul, ao lado da Plataforma Rodoviária, o imóvel encontra-se decadente, mal utilizado e com várias patologias (a ponto de Niemeyer sugerir a sua demolição!). De imediato, quatro questões foram levantadas: (a) o que fazer com o edifício? (b) como resgatar a sua antiga dignidade e ambiência urbana? (c) como intervir em um bem não protegido (tombado), mas de autoria de Niemeyer? e (d) como resolver as inúmeras patologias diagnosticadas (principalmente em concreto)?

Frente a tais questões, o Programa desenvolvido previu:

I - Um Módulo Teórico, que trabalhou a *Teoria e História da Conservação* (definição de patrimônio, conceitos e formas de intervenção, história e teóricos da restauração, intervenções contemporâneas e estudos de caso); com os *Aspectos Normativos e Institucionais* (cartas patrimoniais, legislação e instituições internacionais e nacionais, e estudos de caso); *Preservação no Contexto Urbano* (planejamento urbano e conservação, centros históricos, entorno de monumentos protegidos, intervenções em contextos pré-existentes, e estudos de

caso) e *Prática da Intervenção I* (identificação, inventários, tombamento, exploração e estudos de caso).

II - Um Módulo Técnico, que trabalhou a *Tecnologia da intervenção* (materiais e técnicas tradicionais, degradação de materiais e patologias dos edifícios, estudo de técnicas de intervenção, diagnóstico e estudos de caso).

III – Um Módulo Prático, que trabalhou a *Prática da Conservação II* (levantamento cadastral, diagnóstico e estudos de caso) e a *Prática da Conservação III* (projeto de intervenção, critérios de intervenção, reabilitação e sustentabilidade e estudos de caso).

Já em sua segunda oferta, optou-se por trabalhar com outra realidade, escolhendo Pirenópolis – cidade considerada Patrimônio Nacional – cujos monumentos mais antigos contam com cerca de 300 anos. O bem escolhido foi o da antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (1728). Igualmente inserida em contexto privilegiado – no coração da cidade – o monumento encontra-se “acidentado”, fruto de um terrível incêndio ocorrido em 5 de setembro de 2002. De imediato, novas questões foram levantadas: (a) o que fazer com o edifício arruinado? (b) como recuperar a sua antiga dignidade e, ao mesmo tempo, resgatar a auto-estima da população que perdeu a sua igreja matriz? (c) como intervir em um bem tombado e incendiado? e (d) como resolver as inúmeras patologias diagnosticadas, frutos do incêndio?

Frente a tais questões, o Programa desenvolvido (com importante colaboração do IPHAN) previu:

I - Um Módulo Teórico, que trabalhou a *Teoria e História da Conservação* e os *Aspectos Normativos e Institucionais*, aprofundando as questões relacionadas com o “restauro” e as “intervenção contemporâneas”, bem como as Cartas Patrimoniais.

II - Um Módulo Técnico, que trabalhou a *Tecnologia da intervenção*, aprofundando as questões relacionadas com as chamadas técnicas tradicionais como a “taipa” e o “adobe”, bem como as patologias causadas por incêndios.

III – Um Módulo Prático, que trabalhou com o desenvolvimento de um projeto de intervenção capaz de garantir o resgate do monumento.

Embora propostos em Módulos, os conteúdos foram ministrados e/ou desenvolvidos de forma integrada, e o conhecimento e a aprendizagem construídos a partir da tentativa de apreensão da realidade concreta como objeto de investigação científica por meio de um sistemático processo de (re)construção desta mesma realidade a partir de determinadas teorias e conceitos, apresentados no módulo I, frente aos quais o estudante teve que se posicionar nos dois seguintes módulos.

CONCLUSÃO

Assim, a maneira como é proposta a disciplina de Técnicas Retrospectivas (PROAU 8) da Universidade de Brasília, busca eliminar ou evitar algumas constantes: (1) privilegiar excessivamente os aspectos tecnológicos da intervenção, abordando temas como materiais e técnicas tradicionais ou patologias do edifício em detrimento de outros conteúdos; (2) privilegiar excessivamente as discussões ligadas à teoria e a história da conservação ou aos aspectos normativos e institucionais; e (3) privilegiar excessivamente a prática da preservação.

Ao conjugar de modo integrado as instâncias pertinentes a um bom trabalho de intervenção (tecnologia+teoria+projeto) a disciplina procura evidenciar a prática do projeto arquitetônico

como ciência social aplicada que ela é. Isto porque, acredita-se que no âmbito universitário do ensino de Arquitetura, as áreas de Projeto, Tecnologia e Teoria ainda sejam bastante associadas, isoladamente, às ciências humanas, exatas e sociais, respectivamente. Ora, diante da questão de como “abrir” o ensino de Arquitetura e Urbanismo de maneira a responder de forma adequada e legítima a questão de como superar o abismo entre projeto arquitetônico e produção científica será que tal percepção tripartida do ensino arquitetônico é ainda possível? Em um cenário mundial cada vez mais compartilhado, como justificar, então, a pretensão de universalidade do ensino arquitetônico no que se refere à sua aplicabilidade, relevância e validade? Acredita-se que a disciplina de Técnicas Retrospectivas, tal e qual vem sendo ministrada na FAU/UnB, propõe o dismantelamento das fronteiras artificiais erigidas no início do século entre ciências sociais e aplicadas. A questão patrimonial favorece a compreensão de que ambas as dimensões fazem parte de um universo único.

Neste contexto, o monumento é encarado como um objeto de pesquisa que se localiza entre as visões positivista e não-positivista, segundo as quais, respectivamente, a realidade se oferece diretamente à investigação ou, ao contrário, esconde-se por trás de um processo de (re)construção sistemático que se realiza por meio de conceitos e teorias. A intervenção patrimonial é, portanto, apresentada como um problema a ser construído e solucionado em dois momentos consecutivos. O primeiro deles tem como ponto de partida o diagnóstico e interpretação de um monumento real que, somente ao ser reelaborado através de conceitos e teorias, pode ser criteriosamente trabalhado, em termos de tecnologia e projeto, no segundo e último momento.

Reconhecer que o conhecimento, de uma maneira geral e, particularmente, aquele relacionado à Arquitetura e Urbanismo, foi e ainda é socialmente construído parece ser o primeiro passo no sentido da defesa de que uma reestruturação do ensino de Projeto Arquitetônico, no sentido de uma reaproximação necessária com a pesquisa científica, é uma realidade possível, desde que alicerçada em bases mais pluralistas e universais, menos isolacionistas. Se é verdade que o processo de construção social do conhecimento vivencia, hoje, uma tendência de estagnação, devido às frequentes crises financeiras dos Estados Nacionais que favorecem a consolidação da realidade atual por questões nitidamente econômicas, cabe aos arquitetos pesquisadores a tentativa de alargar as perspectivas do ensino de projeto arquitetônico nas Faculdades de Arquitetura do país.

Neste sentido, a experiência brasileira de Técnicas Retrospectivas da FAU/UnB permite a construção de caminhos capazes de colaborar para a superação de alguns paradigmas históricos relacionados com a didática de Arquitetura e Urbanismo: nega-se a “dissociação” e “fragmentação” e propõe-se a “união”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura. **Técnicas Retrospectivas – “Manutenção e Reabilitação da Paisagem Construída”**. XI CONABEA – Congresso Nacional da ABEA. XVII ENSEA – Encontro Nacional Sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 14 a 17 de novembro de 2001. 22 Caderno ABEA.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles e MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPHAN. Departamento de Promoção. **A Disciplina de “Técnicas Retrospectivas” no Currículo de Arquitetura e Urbanismo das Universidades Brasileiras: Situação Atual e Diretrizes**. Brasília: IPHAN/DEPROM, 1998.

MARQUES, Sônia. *Integrated Conservation and Sustained Development in Architectural Education*. In: CONSERVATION AND URBAN SUSTAINABLE DEVELOPMENT – A THEORETICAL FRAMEWORK ZANCHETTI, Silvio (Org.). Recife: UFPE / MDU / CECI, 1999.

MEDEIROS, Ana Elisabete. **Materialidade e Imaterialidade Criadoras: o Global, o Nacional e o Local na Construção do Patrimônio Cultural – O Bairro do Recife como Estudo de Caso**. Tese de Doutorado – Departamento de Sociologia / UnB, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria no.1770, de 21 de dezembro de 1994

SANTOS, Mariza Veloso Mota. **O Tecido do Tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920 – 1970)**. Tese de Doutorado – Departamento de Antropologia / UnB, 1992.